

# 50 anos de luta

BENEDITA DA SILVA\*

No Brasil, de cada mil crianças nascidas, 52 morrem antes de completar 5 anos. Entre as que sobrevivem, cerca de 4 milhões são obrigadas a trabalhar a partir dessa idade. Estes números simbolizam o maior de todos os desrespeitos aos direitos humanos. Nada ficam a dever aos dos países mais pobres da África, mas pertencem ao nosso, que se vangloria de ter incorporado à Constituição princípios de proteção à infância e ser autor de um dos mais avançados códigos a respeito, o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O abismo entre a realidade e o que está escrito não existe apenas no Brasil. Crimes contra a vida e a liberdade são comuns à história de todos os povos. No planeta inteiro, 1,3 bilhão de pessoas estão abaixo da linha da pobreza; 1,2 bilhão não têm acesso à água potável; 842 milhões são analfabetas; 507 milhões devem viver menos de 40 anos; 12 milhões de crianças morrem antes dos 5 anos, 55% delas devido à desnutrição, e 100 milhões crescem com o sistema imunológico debilitado por causa da fome. Na realidade, 17% de todos os bebês nascem com menos de 2,5 kg.

Observando essa paisagem devastada, 50 anos após a ONU aprovar, por unanimidade, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, é quase impossível não refletir se esse documento tão precioso não teria se tornado letra morta; um paradoxo porque o

próprio emprego do termo declaração, ao invés de lei, significa que os direitos listados são inerentes ao ser humano, não concedidos e nem criados, muito menos passíveis de serem revogados por qualquer governante. Ela não é uma lei do Estado, mas um instrumento de defesa do povo; e de acordo com esse ponto de vista, a Declaração não pode jamais ser vista como letra morta.

Publicada em 10 de dezembro de 1948, poucos anos após a descoberta dos campos de concentração e de todas as demais atrocidades nazistas, se a Declaração não impediu que outras violências fossem cometidas contra o ser humano, modificou o olhar da humanidade. Não permitiu mais que o racismo fosse considerado uma característica quase cultural de algumas sociedades, como no sul dos Estados Unidos, onde era institucional. Uma mudança de ótica que se refletiu na luta de Martin Luther King e no fim da política do *apartheid*, na África do Sul.

No caso do Brasil, porém, ainda vivemos uma situação gravíssima de exclusão da cidadania. A discriminação racial ainda é uma realidade que precisa ser transformada. O ideal de igualdade da Declaração dos Direitos Humanos é apenas um sonho para as mulheres negras brasileiras que têm dificuldade para encontrar lugar em uma sociedade que insiste em tratá-las como cidadãs de terceira classe. Todo o bem-estar, que

nasceu do progresso econômico e tecnológico das últimas décadas, não passa de uma fantasia para populações inteiras dispersas pelo interior e nas próprias capitais, onde habitam sob viadutos e, muitas vezes, sobre palafitas.

Essas pessoas não conhecem e não têm como invocar em sua defesa quase nenhum dos artigos da Declaração: se nasceram livres, não são iguais em dignidade e direitos; não têm direito à vida e à segurança pessoal; por incrível que pareça, muitos ainda vivem submetidos a trabalho escravo; não podem assegurar para si e para suas famílias uma existência compatível com a dignidade humana; suas crianças não têm acesso à educação. A grande lição que podemos tirar da Declaração Universal dos Direitos Humanos, portanto, é que os benefícios que ela proclama, cabe a nós conquistá-los por nossas próprias mãos. Sua publicação não alterou a realidade, mas a maneira como o ser humano olha a realidade, o que foi um importante primeiro passo; um primeiro passo que foi dado há 50 anos.

Cada dia que passa, torna-se mais urgente reverter as condições econômicas e sociais que ainda mantêm as pessoas excluídas da sociedade, incapazes de fazerem valer seus direitos.

\*Vice-governadora eleita do Estado do Rio de Janeiro